

Embargo da dívida

A Assembléia Constituinte pode entrar com uma ação contra os bancos norte-americanos credores do Brasil no Tribunal Federal de Nova Iorque para tentar embargar o pagamento de todos os compromissos assumidos pelo governo militar. Caso seja concretizada, alegando que nem o Congresso Nacional nem a população brasileira foram consultados sobre os termos dos contratos, a ação resultará, na prática, em uma afirmação da Constituinte como poder soberano.

A proposta, muito aplaudida pelo plenário, é do deputado Hélio Costa (PMDB-MG), que solicitou à mesa uma consulta ao departamento jurídico do Congresso Nacional para estipular a melhor maneira de entrar na Justiça dos Estados Unidos. Há dois caminhos: através de um documento da própria Constituinte, diretamente encaminhado ao Tribunal, ou através de uma ação subscrita por deputados e senadores como cidadãos comuns.

— A única coisa que amedronta um banqueiro norte-americano é um processo na Justiça — afirma Costa, que escolheu o Tribunal de Nova Iorque por ser ali o foro para todos os contratos de empréstimo da dívida com os bancos dos Estados Unidos. “Afim, a lei americana é tão incrível que o juiz pode muito bem dizer que o Brasil não paga nada até a conclusão da sentença, ou então que paga uma quantia menor que a atual”, aposta.

Hélio Costa morou muitos anos nos Estados Unidos, como correspondente da Rede Globo, e, após uma consulta a advogados em Nova Iorque, passou a considerar viável o recurso à Justiça norte-americana. “Os empréstimos foram feitos através de contratos ilegítimos, por causa da falta de representatividade dos governos que os assinaram, e os juizes certamente levarão este fato em conta”, acredita.

A intenção do deputado não é a de cancelar a dívida nos tribunais, mas apenas fustigar os banqueiros para que se sintam forçados a negociar com o governo brasileiro. “Eles ficarão loucos, contratarão 200 advogados para se defender e acabarão cedendo”, prevê. Falando em nome do Partido, o vice-líder João Hermann repudiou ontem a volta aos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que vem sendo cogitada pelo governo.